

APRESENTAÇÃO

FOREWORD

CHARLES FELDHAUS¹

(UEL/Brasil)

DIEGO KOSBIAU TREVISAN²

(UFSC/Brasil)

O volume 21, número 2, da *Ethic@: International Journal for Moral Philosophy*, revista acadêmica do Núcleo de Ética e Filosofia Política do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina, vem a público. O Dossiê deste número, dedicado à recepção da obra *À paz perpétua. Um projeto filosófico* (1795) de Immanuel Kant (1724-1804), foi organizado pelo Prof. Charles Feldhaus (UEL) e publica oito textos de diferentes pesquisadores brasileiros. Com a publicação dessa coletânea de artigos se traz ao público um conjunto de estudos que procuram aprofundar a compreensão do pensamento de Immanuel Kant a respeito do direito internacional, mas também explorar algumas outras abordagens a respeito do direito internacional que direta ou indiretamente beberam na fonte do opúsculo kantiano.

Aguinaldo Pavão, em “O conflito entre a moral e a política e a fraqueza da vontade em Kant”, examina a noção de fraqueza da vontade tal como desenvolvida por Kant em *A religião dentro dos limites da simples razão* e sustenta que a mesma deve ser entendida como um tipo de vício moral e que portanto não pode encontrar lugar adequado dentro da filosofia moral kantiana. Pavão conclui dessa discussão que o direito sempre deve prestar continência à moral no pensamento kantiano, assim como defende o filósofo alemão no Apêndice de *À paz perpétua*.

Bruno Cunha, em “Hegel com e contra Kant no direito internacional”, empreende um estudo cuidadoso da recepção de Hegel do pensamento sobre o direito internacional de Kant. Cunha argumenta que, embora de uma perspectiva geral Hegel se oponha a Kant em vários aspectos e tenha empreendido um debate constante com o pensamento dele, as

interpretações correntes costumam enfatizar demasiadamente as diferenças, ignorando os aspectos em que os dois filósofos alemães se aproximam. Nesse aspecto, o estudo de Cunha pretende suprir essa lacuna e oferecer uma interpretação mais nuançada do pensamento de Hegel em que certas semelhanças e pontos comuns se tornem manifestos.

Luciano Utteich, em “Paz perpétua em Kant e *Marianne* ou história versus natureza em *O Estado Comercial Fechado* de Fichte”, examina o debate entre Kant e Fichte a respeito de uma ordem mundial pacífica em *À paz perpétua* e *O estado comercial fechado*, buscando mostrar como conceitos como história, natureza e razão prática ocupam um papel importante no debate. Neste, Kant enfatiza mais a dimensão da natureza e Fichte mais a dimensão da razão prática e da história. Utteich analisa ainda como essas estratégias influenciam suas diferentes soluções ao problema de uma ordem mundial pacífica.

Alberto Paulo Neto, em “Republicanism e justiça global em Phillip Pettit”, examina a concepção de direito internacional na visão republicana de Pettit, particularmente a expansão do conceito de soberania à esfera internacional como soberania globalizada com base na noção de liberdade como não dominação, que se contrapõe às interferências das instituições financeiras na autonomia e na soberania dos Estados nacionais. Paulo Neto argumenta que isso acarretaria a concepção de que os Estados individuais nacionais têm uma obrigação para com os cidadãos menos favorecidos que supera as exigências do conceito de liberdade como não interferência.

Gabriel Rezende, em “Kant no país da desconstrução”, busca mostrar a relevância de *À paz perpétua* para a tradição desconstrutivista, em particular para o pensamento de Jacques Derrida. Rezende examina como a noção de hospitalidade universal ocupa um papel central na recepção da tradição desconstrutivista da obra de Kant, apontando as razões pelas quais o cosmopolitismo kantiano exerceu essa influência nesses pensadores, com particular ênfase no fato de que, com a publicação da obra *À paz perpétua*, Kant conseguiu tornar um conceito geralmente marginalizado na filosofia política, o conceito de paz, um conceito central do pensamento político contemporâneo.

Charles Feldhaus, em “Sobre o paradigma do reconhecimento e a paz global”, busca reconstruir alguns momentos em que Axel Honneth se devotou ao tema do direito internacional e que tipo de contribuição o paradigma do reconhecimento poderia oferecer a esse campo da filosofia prática ainda pouco explorado pelo filósofo e sociólogo alemão. Feldhaus oferece ainda algumas breves sugestões a respeito de caminhos possíveis aprofundar ainda mais o emprego do modelo à esfera internacional.

Paulo Nodari, em “O direito de hospitalidade cosmopolita. Uma reflexão de proximidade e distanciamento entre Kant e Papa Francisco”, procura enfatizar certos aspectos em que as ideias desenvolvidas por Kant em *À paz perpétua* são retomadas pelo Papa Francisco em diferentes contextos, particularmente os conceitos de hospitalidade universal e dignidade humana.

Fábio Scherer, em “O ‘sistema da política’ segundo fundamentos da filosofia crítica de Kant”, realiza a tradução de um importante texto da recepção do opúsculo *À paz perpétua*, de Kant, e apresenta um comentário buscando situar o texto traduzido na tradição de recepção da obra kantiana.

A Seção Fluxo Contínuo traz os artigos “Schopenhauer empirista? Sobre a presença de Bacon e Hume na metafísica da vontade”, de **Luan Corrêa da Silva**; “On the hermeneuticus I as a presupposition of ethical hermeneutics”, de **Luiz Rohden**; “A visão de Mill acerca dos direitos e as críticas de Rawls”, de **Bruno Aislã Gonçalves Dos Santos**; e “Lacan com Hegel: um ensaio sobre ética”, de **Allan Martins Mohr**.

Boa leitura!

Notas

¹ Professor Associado da Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina, Paraná, Brasil. ORCID-iD: <https://orcid.org/0000-0001-6889-0239>; e-mail: charles@uel.br

.

² Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. ORCID-iD: <https://orcid.org/0000-0002-0269-7847>; e-mail: diego.kosbiau@ufsc.br.